



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Damares Alves

Ofício nº 230/2026 - GSDALVES

Brasília, 5 de maio de 2026.

A Sua Excelência

VITAL DO RÊGO FILHO

Presidente do Tribunal de Contas da União

Tribunal de Contas da União – TCU

Assunto: **Solicitação de avaliação para fiscalização preventiva da FNRH Digital — governança pública digital e proteção de dados.**

Senhor Ministro Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para submeter à apreciação desse Tribunal de Contas da União a avaliação da pertinência de realização de fiscalização ou auditoria preventiva acerca da implementação da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes Digital (FNRH Digital), no âmbito da administração pública federal.

A iniciativa insere-se no processo de digitalização de serviços públicos e modernização da gestão no setor de turismo; contudo envolve a constituição de base nacional centralizada de dados pessoais relacionados à hospedagem, circunstância que projeta reflexos relevantes sobre governança pública digital, proteção de dados e direitos fundamentais.

Sob essa perspectiva, entende-se oportuno que esse Tribunal avalie a adequação do modelo adotado quanto ao seu desenho institucional, especialmente no que se refere à centralização das informações, à interoperabilidade com o ecossistema Gov.br e à definição de responsabilidades entre os órgãos envolvidos.

Igualmente relevante é a análise quanto à conformidade do modelo com a legislação vigente, notadamente à luz da Lei nº 14.978/2024, bem como quanto aos limites do poder regulamentar na instituição de soluções tecnológicas de caráter obrigatório.

A centralização de dados pessoais aptos a revelar padrões de deslocamento e permanência também suscita a necessidade de exame sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, especialmente no que diz



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Damares Alves

respeito à proporcionalidade do tratamento, à existência de mecanismos de anonimização, controle de acesso e segurança da informação, bem como à elaboração e efetiva implementação de instrumentos como o Relatório de Impacto à Proteção de Dados.

Além disso, não se pode desconsiderar os potenciais impactos sobre direitos fundamentais, incluindo a autodeterminação informativa, a privacidade e, em determinadas hipóteses, a própria segurança de indivíduos em situação de vulnerabilidade ou sob proteção estatal. A eventual ausência de salvaguardas adequadas pode ensejar riscos institucionais relevantes.

De igual modo, revela-se pertinente a avaliação de aspectos relacionados à eficiência e economicidade da solução adotada, incluindo custos de desenvolvimento e operação, estabilidade da plataforma, indicadores de desempenho e impactos sobre os agentes regulados, especialmente pequenos meios de hospedagem.

Outro ponto que merece consideração diz respeito ao risco de desvio de finalidade no uso da base de dados, fenômeno amplamente reconhecido em contextos de governança digital, pelo qual sistemas concebidos para determinada finalidade passam, ao longo do tempo, a ser utilizados para objetivos diversos, sem adequada base legal ou controle institucional.

Diante desse cenário, solicita-se a esse Tribunal que avalie a conveniência de realização de fiscalização preventiva ou auditoria operacional, inclusive sob a perspectiva da governança digital e da proteção de dados pessoais, de modo a assegurar que a implementação da FNRH Digital observe os princípios da legalidade, eficiência, proporcionalidade e proteção dos direitos fundamentais.

Certa de poder contar com a atuação desse órgão em matéria tão urgente e necessária, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Senadora DAMARES ALVES
Republicanos/DF